

**Câmara Municipal de Cunhataí,
em 2019.**



**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis
2019.**

Este documento é dos Cunhataienses

A Notas Explicativas não são só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Chefe do Poder Legislativo presta contas aos cidadãos Cunhataienses.

Waldemir Pinheiro

RELAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2019

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Natureza Jurídica da Entidade
- 1.2 Domicílio da Entidade
- 1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade
- 1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

- 2.1 Bases de mensuração utilizadas, como: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável.
- 2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas
- 2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

- 3.1 Caixa e equivalentes de caixa
- 3.2 Estoques
- 3.3 Variações patrimoniais pagas antecipadamente
- 3.4 Imobilizado
- 3.5 Valor econômico do patrimônio
- 3.6 Intangível
- 3.7 Obrigações
- 3.8 Variações patrimoniais diminutivas
- 3.9 Variações patrimoniais aumentativas

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- 4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos
- 4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas
- 4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro
- 4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2019

Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

5 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

- 5.1 Previsão da receita versus arrecadação, analisando os casos de insuficiência e excesso de arrecadação, buscando informar as causas
- 5.2 Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante
- 5.3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários
- 5.4 Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada, identificando e mostrando os atos que proporcionaram o acréscimo ou a redução da despesa e destacando os tipos de crédito (iniciais, suplementares, especiais ou extraordinários)

Valderi Silva

- 5.5 Analisar a execução da despesa, considerando a dotação atualizada, a despesa empenhada, a liquidada e a paga, fazendo interferências sobre as diferenças entre cada fase, buscando sempre informar as causas do fenômeno
- 5.6 Avaliar o estoque de restos a pagar processados e não processados, comparando os valores inscritos com os valores executados no exercício

6 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

- 6.1 Caixa e equivalente de caixa
- 6.2 Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- 6.3 Investimentos RPPS;
- 6.4 Imobilizado – inclusive Reavaliações e Reduções ao valor recuperável;
- 6.5 Intangível;
- 6.6 Fornecedores;
- 6.7 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- 6.8 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- 6.9 Demais elementos patrimoniais, quando relevantes;
- 6.10 Patrimônio Líquido

7 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

- 7.1 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado
- 7.2 Baixas de investimento
- 7.3 Constituição ou reversão de provisões
- 7.4 Outras Variações Patrimoniais

8 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

- 8.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas
- 8.2 Retenções tributárias
- 8.3 Restos a pagar processados e não processados
- 8.4 Recebimentos e pagamentos Extraorçamentários

9 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- 9.1 Fluxo de Caixa das atividades operacionais
- 9.2 Fluxo de Caixa das atividades de investimento
- 9.3 Fluxo de Caixa das atividades de financiamento
- 9.4 Geração de Caixa
- 9.5 Retenções tributárias para fins de impacto no saldo de caixa
- 9.6 Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa

6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 6.1 Capital/Patrimônio Social
- 6.2 Resultados Acumulados
- 6.3 Ajustes dos exercícios anteriores
- 6.4 Ajustes de avaliação patrimonial

CONSIDERAÇÕES FINAIS

realdone' guato

Apresentação das Notas Explicativas

scaldensei pinto

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Presidente(a): Valdenei Finatto

Vereadores:

- Débora Andreia Avrella
- Décio Schabarum
- Ederson Lenhard
- Evelton Jair Schmitt
- Leo Antônio Klauck
- Jaime Luiz Warken
- Jandir Geraldo Schneider
- Mauricio Jantsch
- Valdenei Finatto

Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina

Aniversário: 29/09

Habitantes: 1955 (IBGE/2017)

Eleitores: 1715 (TSE/2017)

PIB: R\$ 36.256.000,00 (IBGE/2015)

Localização: Oeste de Santa Catarina e Sul do Brasil

Área: 62,00Km quadrados

Altitude: 450 m. acima do nível do mar

Limites: São Carlos, Saudades, Cunha Porã e Palmitos

Em 2019 O Município de Cunhataí, SC, completou 24 anos de emancipação. Em 29 de Setembro de 1995, pela Lei Estadual número 9.920, Santa Catarina passou a contar com mais um Município denominado CUNHATAÍ.

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

O Município de Cunhataí, SC, é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 01.612.116/0001-44, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo.

A Câmara Municipal de Cunhataí é Órgão Público do Poder Legislativo Municipal, com natureza jurídica 106-6, CNPJ 03.581.082/0001-01, tendo como Ente Federativo responsável o Município de Cunhataí, SC.

1.2 Domicílio da Entidade

Tem sua sede em prédio próprio do endereço Rua São Carlos, nº 84, Centro, Cunhataí-SC, CEP. 89.886-000, Estado de Santa Catarina.

1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade

A atividade econômica principal é Administração Pública em Geral, CNAE 84.11-6-00.

Valdenei Finatto

1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Declaração Plena

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL, não havendo restrições contábeis. As Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Contábeis.

Cunhataí SC, 31 de dezembro de 2019.



Rosane Schafer Warken
Contadora CRC/SC 025.218/O-3

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas, como: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável.

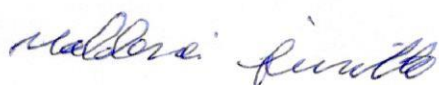
Ativos

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Direitos, créditos e valores a longo prazo

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos e dos passivos conforme MCASP, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de



encerramento das demonstrações contábeis. O valor reconhecido como provisão deve corresponder à melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar (ou extinguir) a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

Estoques

Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, porém os bens de almoxarifado, que devem ser mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei 4.320/1964. O valor de custo dos estoques deve incluir todos os gastos de aquisição e de transformação, bem como outros gastos incorridos para torná-los disponíveis para uso. O custo de aquisição compreende: a. O preço de compra; b. Os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis; c. Frete (transporte); d. Seguro; e. Manuseio; e f. Outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e suprimentos. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição. O custo de transformação inclui aqueles relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, tais como: a. Mão-de-obra direta; b. Alocação sistemática de custos indiretos de produção, variáveis e fixos, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

Investimentos Permanentes

A Câmara Municipal de Cunhataí, SC, não possui investimentos permanentes.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

A Câmara Municipal de Cunhataí, SC possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação. A Câmara municipal de Cunhataí, SC não obteve em 2019 ativos do imobilizado obtidos a título gratuito.

Por do Decreto nº 013/2017 de 20 de janeiro de 2017, foi criada comissão especial de inventario patrimonial, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial do Município de Cunhataí, SC.

Valdinei Siqueira

Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.

Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, a Câmara Municipal de Cunhataí SC, adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição. A pesquisa de mercado encontra-se em poder do setor de patrimônio.

Depreciação

Vale destacar que a administração pública municipal não praticava até o exercício de 2015 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, a Câmara Municipal de Cunhataí, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado.

Redução do valor recuperável (impairment)

A Câmara Municipal de Cunhataí, SC adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Valdeci Pinto

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Intangível

A Câmara Municipal de Cunhataí, SC não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

Passivos

Obrigações

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações pós-fixadas são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos. As informações foram recebidas do Departamento de Recursos Humanos.

Restos a Pagar

No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar. A inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No exercício de 2019, as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Cunhataí, SC, não apresentam saldo a pagar referente restos a pagar de serviço contratado.

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Câmara Municipal de Cunhataí SC, adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção (liquidação). Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

Albino Smith

Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

Patrimônio líquido

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

A Câmara Municipal de Cunhataí, SC, julga por seguir o padrão estabelecido pela STN em relação a contabilização à conta de ajuste de exercícios anteriores. Os ajustes de exercício anteriores referem-se principalmente pela mudança da nova política contábil. No exercício de 2019 não houveram ajustes de exercícios anteriores.

2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social.

O Câmara Municipal de Cunhataí, SC, atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas:

CORRELAÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE AS NORMAS INTERNACIONAIS			
NBC	Resolução CFC	Nome da Norma	IFAC
<u>NBC TSP</u> <u>ESTRUTURA</u> <u>CONCEITUAL</u>	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework

Valdeir Junior

<u>NBC TSP 01</u>	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
<u>NBC TSP 02</u>	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
<u>NBC TSP 03</u>	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
<u>NBC TSP 04</u>	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12
<u>NBC TSP 05</u>	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
<u>NBC TSP 06</u>	DOU 28/9/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
<u>NBC TSP 07</u>	DOU 28/9/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
<u>NBC TSP 08</u>	DOU 28/9/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
<u>NBC TSP 09</u>	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
<u>NBC TSP 10</u>	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26
<u>NBC TSP 11</u>	DOU 31/10/18	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
<u>NBC TSP 12</u>	DOU 31/10/18	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
<u>NBC TSP 13</u>	DOU 31/10/18	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
<u>NBC TSP 14</u>	DOU 31/10/18	Custos de Empréstimos	IPSAS 5
<u>NBC TSP 15</u>	DOU 31/10/18	Benefícios a Empregados	IPSAS 39
<u>NBC TSP 16</u>	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34
<u>NBC TSP 17</u>	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35
<u>NBC TSP 18</u>	DOU 31/10/18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36
<u>NBC TSP 19</u>	DOU 31/10/18	Acordos em Conjunto	IPSAS 37
<u>NBC TSP 20</u>	DOU 31/10/18	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38
<u>NBC TSP 21</u>	DOU 31/10/18	Combinações No Setor Público	IPSAS 40
<u>NBC T 16.6 R1</u>	DOU 31/10/14	Demonstrações Contábeis	não há
<u>NBC T 16.7</u>	<u>1.134/08</u>	Consolidação das Demonstrações Contábeis	não há
<u>NBC T 16.8</u>	<u>1.135/08</u>	Controle Interno	não há
<u>NBC T 16.9</u>	<u>1.136/08</u>	Depreciação, Amortização e Exaustão (revogada a partir de 1º/1/19)	não há
<u>NBC T 16.10</u>	<u>1.137/08</u>	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público (revogada a partir de 1º/1/19)	não há
<u>NBC T 16.11</u>	<u>1.366/11</u>	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	não há

O objetivo é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis, a Câmara Municipal de Cunhataí, SC, fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação

Valdeir Pinto

dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. Os bens de infraestrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.

b) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio do Câmara Municipal de Cunhataí, SC. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação do bem. A Câmara Municipal de Cunhataí, SC, não possui bem intangíveis.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Conta	Descrição	Valor
1.1.1.1.19.xx	Banco conta movimento e vinculada	00,00
Total		00,00

Saldo Bancário zerado em virtude de não haver restos a pagar.

3.2 Estoques

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.5.6.1.xx	Almoxarifado	286,58
Total		286,58

3.3 Variações patrimoniais pagas antecipadamente

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.9.xx	Variações patrimoniais pagas antecipadamente	2.601,58
Total		2.601,58

As variações patrimoniais pagas antecipadamente referem-se a seguros que serão apropriadas por competência em 2020.

Waldinei Furtado

3.4 Imobilizado

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, a Câmara Municipal de Cunhataí, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Segue tabela de depreciação da Câmara de Cunhataí, SC, válida a partir do exercício de 2015:

MASCARA	DESCRIÇÃO	VIDA UTIL	VALOR RESI-DUAL
1.2.3.1.1.01.00	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	10	5
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	5	5
1.2.3.1.1.01.03	APAR., EQUIP. UTENS. MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	10	5
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	8	2
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	5
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	15	20
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	20
1.2.3.1.1.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	20
1.2.3.1.1.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	5
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	8	5
1.2.3.1.1.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	5	5
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	10
1.2.3.1.1.01.19	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	10	20
1.2.3.1.1.01.20	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	20	30
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA		
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	5
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5	5
1.2.3.1.1.02.03	SISTEMAS APLICATIVOS - SOFTWARES	5	5
1.2.3.1.1.03.00	MÓVEIS E UTENSÍLIOS		
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	8	5
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	5
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10
1.2.3.1.1.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL	10	10

Waldemir F. Costa

1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		
1.2.3.1.1.04.01	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	5	5
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	5	5
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	5
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	10	5
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	5	5
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	0	100
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	10	10
1.2.3.1.1.05.00	VEÍCULOS		
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	8	20
1.2.3.1.1.08.00	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO		
1.2.3.1.1.08.05	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	0	5
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMÓVEIS		
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO		
1.2.3.2.1.01.00	BENS DE USO ESPECIAL		
1.2.3.2.1.01.03	EDIFÍCIOS	35	50

3.5 Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio da Câmara Municipal de Cunhataí, SC, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2019:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2019
12311019901	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.475,90
12311020101	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	7.927,00
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	582,50
123110302	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.008,00
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	51.939,97
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	17.275,00
123110501	VEÍCULOS EM GERAL	54.590,00
123210010301	EDIFÍCIOS	251.786,61
123810101	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA MAQ. APARELHOS E EQUIP. E FERRAMENTAS	5.036,20
123810102	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.785,65
123810103	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	20.385,98
123810104	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA EQUIP. PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	7.500,71
123810105	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA VEICULOS	12.282,84
123810201	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE EDIFÍCIOS	15.036,91

Valdemir Quinto

3.6 Intangível

A Câmara Municipal de Cunhataí, SC não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

Passivos

3.7 Obrigações

Saldo das obrigações para 2018:

Passivo Circulante		
2.1.1.1.1.01.03	Férias	35.097,54
2.1.1.4.3.01.01	Inss	7.370,49
Total		42.468,03

O valor montante de R\$ 35.097,54, refere-se a férias reconhecidas por competência, passivo patrimonial.

3.8 Variações patrimoniais diminutivas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
3.1.1	Remuneração a pessoal	550.547,34	
3.1.2	Encargos patronais	111.677,36	
3.3.1	Uso de material de consumo	8.021,06	
3.3.2	Serviços	116.856,19	
3.3.3	Depreciação, Amortização e Exaustão	16.585,38	
3.5.1	Transferências intragovernamentais	53.140,18	
3.5.3	Transferências a instituições privadas	15.435,60	
3.6	Desvalorização e Perda de Ativos e incorporações de Passivos	0,00	
3.7	Tributárias	119,62	
Total		872.382,73	

O gasto com pessoal representa 75,90 % das variações patrimoniais diminutivas, referentes encargos patronais e remuneração de pessoal.

O processo de depreciação iniciou em 2015, em atendimento as NBCASP.

O montante de R\$ 116.856,19 de serviços, refere-se a R\$ 22.179,66 de diárias e R\$ 94.676,53, serviços de pessoa jurídica, Publicidade, locações, serviços bancários e outros.

O Poder Legislativo devolveu ao Poder Executivo Municipal, o montante de R\$ 37.704,58 em recursos financeiros, em 2019.

Aldeci Justo

3.9 Variações patrimoniais aumentativas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
4.5.1	Transferências intragovernamentais	850.500,00	
4.9.9	Diversas variações patrimoniais aumentativas	24.710,06	
Total		875.210,06	

Do total das variações patrimoniais aumentativas, R\$ 850.500,00 referem-se ao recebimento de duodécimo, conforme artigo 29-A da Constituição Federal de 1988.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, não possui passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos em 2019.

4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas

Não foi necessário no exercício de 2019 adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade, no exercício de 2019.

4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Não foram realizados em 2019 ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

Madeline Simão

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2019

Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado e incluem os dados do Poder Legislativo.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº

4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas

realdonei piado

Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Nas páginas a seguir você é convidado a acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por meio da análise dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2018 e das Notas Explicativas relacionadas.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Poder Legislativo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Poder Legislativo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão. A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim,

transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a execução orçamentária do Poder Legislativo. Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental. Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Poder Legislativo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sítio oficial do Poder Legislativo Municipal.

Waldemar Quinto

5 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do Poder Legislativo demonstrará as transferências financeiras concedidas e recebidas no exercício (receitas), bem como as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A execução do orçamento da Entidade Câmara Municipal de Cunhataí, em 2019, apresentou os seguintes resultados:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2019
RECEITAS	Valor
Previsão Inicial da Receita	850.500,00
Previsão Atualizada da Receita	850.500,00
Receitas Realizadas Líquida	812.795,42
Déficit Orçamentário	0,00
DESPESAS	Valor
Dotação Inicial	850.500,00
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	850.500,00
Despesas Empenhadas	812.795,42
Despesas Liquidadas	812.795,42
Despesa Paga	812.795,42
Superávit Orçamentário	37.704,58

A execução orçamentária 2019 demonstrou superávit orçamentário devido ao valor inicialmente orçado para o Poder Legislativo foi estimado a maior, comparando a Receita arrecadada pelo município em 2018, conforme prevê o artigo 29-A da Constituição Federal de 1988. No término do ano foi devolvido ao Poder Executivo o montante de R\$ 37.704,58.

5.1 Previsão da receita versus arrecadação, analisando os casos de insuficiência e excesso de arrecadação, buscando informar as causas

O valor total previsto para transferência financeira não foi recebido pelo Poder Legislativo. Pois houve insuficiência de arrecadação.

O recebimento do duodécimo é a única forma de receita do Poder Legislativo, sendo que os valores referentes imposto de renda, ISS e rendimento de aplicações financeiras, foram repassados ao Poder Executivo.

Waldemar Quinto

5.2 Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor
Prefeitura	Câmara	850.500,00
Câmara	Prefeitura	37.704,58

5.3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários

Não foram utilizados recursos de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais no exercício de 2019.

Não foram utilizados recursos de excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais no exercício de 2019.

Não foram reabertos créditos adicionais no exercício.

5.4 Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada, identificando e mostrando os atos que proporcionaram o acréscimo ou a redução da despesa e destacando os tipos de crédito (iniciais, suplementares, especiais ou extraordinários)

Dotação inicial	Créditos Suplementares	Créditos Especiais	Créditos Extraordinários	Dotação Atualizada
850.500,00	0,00	0,00	0,00	850.500,00

Não houve alteração na dotação inicial que resultam em acréscimo ou redução, pois não houve abertura de créditos adicionais.

Detalhamento da execução das despesas

5.5 Analisar a execução da despesa, considerando a dotação atualizada, a despesa empenhada, a liquidada e a paga, fazendo interferências sobre as diferenças entre cada fase, buscando sempre informar as causas do fenômeno

aldonei feuto

Durante o exercício de 2019, a Câmara de Vereadores de Cunhataí, executou o orçamento somando um montante de R\$ 776.113,19 em despesas públicas diversas, conforme apresentado a seguir:

Orçamento	Dotação Atualizada	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga	Saldo
3.1.90.xx	660.840,40	649.383,83	649.383,83	649.383,83	11.456,57
3.2.90.xx	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.xx	15.435,60	15.435,60	15.435,60	15.435,60	0,00
3.3.90.xx	129.200,00	108.012,18	108.012,18	108.012,18	21.187,82
3.3.93.xx	3.024,00	3.024,00	3.024,00	3.024,00	0,00
4.4.90.xx	42.000,00	36.939,81	36.939,81	36.939,81	5.060,19
4.5.90.xx	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.xx	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	850.500,00	812.795,42	812.795,42	812.795,42	37.704,58

A despesa empenha representou R\$ 812.795,42, sendo que esse montante foi totalmente liquidado e pago no exercício de 2019.

A despesa liquidada representa a conferência do serviço ou mercadoria recebida. As despesas correntes liquidadas com serviços representaram 126.471,78, o que corresponde a 15,56% do total da despesa liquidada, enquanto a folha e encargos representou 79,90%. Isso se dá pelas funções próprias do Poder Legislativo, em legislar e fiscalizar. Os investimentos representaram 4,54%.

5.6 Avaliar o estoque de restos a pagar processados e não processados, comparando os valores inscritos com os valores executados no exercício

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí não possui em 31 de dezembro de 2019, estoque de restos a pagar vindo de outros exercícios e nem possui restos a pagar em 2019.

6 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

6.1 Caixa e equivalente de caixa

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, não possui saldo em caixa, garantindo o equilíbrio das contas públicas.

Soldneri Jacatto

6.2 Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo

Os créditos representam R\$ 2.601,58, sendo resultantes de despesas pagas antecipadamente com seguros que serão apropriadas em 2019.

6.3 Investimentos RPPS

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, não possui valores em investimentos RPPS.

6.4 Imobilizado – inclusive Reavaliações e Reduções ao valor recuperável;

O montante do ativo imobilizado da Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, somou R\$ 330.954,67 em 31 de dezembro de 2019. Tratam-se de bens móveis utilizados nas atividades normais do Poder Legislativo, como mobiliário geral, equipamentos de processamento de dados entre outros.

O valor da depreciação acumulada somou R\$ 62.040,31 no mesmo período. Os bens móveis que tem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação sistemática durante esse período. Esse custo com depreciação demonstra a redução do valor dos bens pelo uso, ação da natureza e obsolescência.

6.5 Intangível

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, não possui ativos intangíveis.

6.6 Fornecedores

Na conta "fornecedores" são registrados por meio de controle pelo mecanismo de contas correntes, todos os fornecedores e aquisições e contratações realizadas. A conta "fornecedores" é uma conta contábil do passivo e registra as obrigações do município para com esses. Algumas obrigações que não passaram por todos os estágios/inscritas em restos a pagar e/ou fornecedores de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2019, a conta fornecedores não possuía saldo.

6.7 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, possui valores em obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais em 31 de dezembro de 2019, sendo o

Valdeci Pinto

montante de R\$ 35.097,54, referente despesa com férias reconhecidas por competência.

6.8 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, não possui valores provisionados em 31 de dezembro de 2019.

6.9 Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Nada a explicar

6.10 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da entidade somava R\$ 294.704,50 em 31/12/2019 antes do encerramento. Somado ao resultado do Exercício DEVEDOR 3.329,70 passou para R\$ 291.374,80, demonstrando redução no patrimônio líquido da entidade.

7 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

7.1 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, não possui valores que sofreram redução do valor recuperável em 2019.

7.2 Baixas de investimento

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, não possui valores referente baixa de investimentos em 2019.

7.3 Constituição ou reversão de provisões.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, não possui valores referente constituição ou reversão de provisões em 2019.

Valdinei Picatto

7.4 Outras variações patrimoniais

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, apresentou variações aumentativas e diminutivas em 2019. As variações ativas referem-se ao recebimento do duodécimo e a reduções do reconhecimento por competência de despesas com férias.

As variações patrimoniais diminutivas referem-se a despesa com folha e encargos, uso de bens, serviços e consumo, diárias, serviços de terceiros, depreciação, as transferências (devolução do duodécimo) ao Poder Executivo, e ainda, a transferências a instituições privadas, como é o caso da Associação Regional das Câmaras de Vereadores.

8 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

8.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas – detalhar em nota explicativa os valores recebidos e concedidos em transferência, demonstrando, no mínimo, unidade de origem, unidade de destino, finalidade, ato legal, valor.

Transferências financeiras recebidas e concedidas

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor
Prefeitura	Câmara	850.500,00
Câmara	Prefeitura	37.704,58

A transferências financeiras tem embasamento legal na Lei Orçamentária Anual 931/2018 de 13/12/2018, e no Artigo 29-A da Constituição federal de 1988. A Câmara de Vereadores de Cunhataí SC, recebeu o montante de R\$ 850.500,00 em 2019

8.2 Retenções tributárias – informar o tratamento destas, se são consideradas pagas no momento da liquidação ou apenas quando da saída efetiva dos recursos financeiros, uma vez que caso sejam consideradas pagas no momento da liquidação, precisar-se-á promover ajuste no saldo em espécie a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido

As retenções tributárias foram consideradas pagas (orçamentariamente) no momento da liquidação, conforme eventos contábeis do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

As retenções de INSS são recolhidas para a Previdência Social – RGPS. As retenções de IRRF são recolhidas a favor do Município de Cunhataí, que reconhecerá os valores como receitas.

Roberto Perillo

8.3 Restos a pagar processados e não processados – detalhar a inscrição por grupo de despesa, para uma análise mais apurada; e evidenciar o pagamento de RPP e RPNP em relação ao montante inscrito, podendo fazer uma análise horizontal para demonstrar a evolução nos dois períodos, exercício atual e anterior.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, não possui em 31 de dezembro de 2019, estoque de restos a pagar vindo de outros exercícios

No Balanço Financeiro de 2019, não ficou restos a pagar.

8.4 Recebimentos e pagamentos Extraorçamentários

Os pagamentos e recebimentos extraorçamentários somaram no exercício, R\$ 69.274,64, referente retenções realizadas, pagas ou transferidas ao Poder Executivo, como INSS, IRRF, retenções de empréstimos da folha, e rendimentos de aplicação financeira.

9 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

9.1 Fluxo de Caixa das atividades operacionais


O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais representou R\$ 36.797,90 positivo, o que representa aumento do capital circulante líquido da Entidade.

9.2 Fluxo de Caixa das atividades de investimentos

Durante 2019, ocorreram R\$ 36.797,90 em desembolsos nas atividades de investimento, resultado da aquisição de patrimônio imobilizado, o que representa aumento do capital permanente da entidade com conseqüente redução do capital circulante líquido proporcional.

9.3 Fluxo de Caixa das atividades de financiamento

Não houve fluxo de caixa das atividades de financiamento.



9.4 Geração de Caixa

No exercício de 2019, não houve geração de caixa

9.5 Retenções tributárias para fins de impacto no saldo de caixa

As retenções tributárias foram consideradas pagas (orçamentariamente) no momento da liquidação, conforme eventos contábeis do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

As retenções de INSS são recolhidas para a Previdência Social – RGPS. As retenções de IRRF são recolhidas a favor do Município de Cordilheira Alta, que reconhecerá os valores como receitas.

9.6 Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa

Não ocorreram em 2019, transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, como aquisições financiadas de bens e arrendamento financeiro.

10 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, a DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cunhataí, SC, não elaborou e divulgou Demonstração Contábil das Mutações do Patrimônio Líquido.

Maldene Jacatto

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como eventos contábeis definidos pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

As Notas Explicativas apresentam estrutura definida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

Cunhataí, SC, 26 de fevereiro de 2020.



Rosane Schafer Warken
Contadora CRC SC 025.218/0-3

Valdenei Finatto
Presidente

